

**LEI COMPLEMENTAR N.º 52 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025**

**PUBLICADO EM:**

27 / 02 / 2025

**PAÇO MUNICIPAL**

*Canalho*

**RESPONSÁVEL**

*“Dispõe sobre a criação de 03 (três) cargos temporários de Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistivas.”*

Eu, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS-MG, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Prefeito Municipal autorizado a criar em caráter temporário de excepcional interesse público, três (03) cargos de Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistivas, mediante contrato administrativo.

**Parágrafo único.** O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, contendo análise de currículo e entrevista.

**Art. 2º** Somente poderão ser contratados nos termos desta Lei, os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III - estar no gozo dos direitos políticos;
- IV - estar quite com as obrigações militares;
- V - ter boa conduta;
- VI - gozar de boa saúde física e mental e não portador de deficiência incompatível com o exercício dos trabalhos que lhe serão afetos ou da função;
- VII - possuir habilitação profissional para o exercício da função, conforme os requisitos elencados na Lei Complementar 32 de 2022.

**Parágrafo único.** O contratado assumirá o desempenho de suas tarefas e atividades no prazo consignado no art. 5º desta Lei, apresentando na oportunidade a comprovação de condição física e mental, aptas ao cumprimento delas nos termos de laudo de

sanidade e capacidade emitido por órgão médico do Município de Bom Jardim de Minas ou por médico por ele credenciado.

**Art. 3º** - As funções dos contratados para exercer a função de Professor de Apoio e os requisitos para a contratação serão aquelas dispostas no artigo 10 e Anexo III da Lei 32/2022.

**Art. 4º** - A remuneração dos contratados será semelhante ao disposto na Lei 1.678/2022 para o cargo de Professor Municipal I.

**Art. 5º** - O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período se restar comprovada a necessidade.

**Art. 6º** - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

I - pelo término do contrato;

II - por iniciativa do contratado;

III - por conveniência administrativa.

**§ 1º** - A extinção do contrato no caso do inciso II será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, sem direito a indenização.

**§ 2º** - A extinção do contrato, pelo término do contrato ou por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa importará no pagamento ao contratado de indenização relativa à gratificação natalina proporcionalmente aos meses de exercício, considerando a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias como mês integral e ao pagamento do período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

**Art. 7º** - A contratação objeto desta Lei revestir-se-á de ato formal regido pelo Direito Administrativo.

**Art. 8º** - Os contratados segundo esta Lei estão sujeitos aos mesmos deveres e proibições, inclusive, no tocante à acumulação de cargos e funções públicas, e ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os demais servidores públicos, nos termos da Constituição da República.

**Art. 9º** - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, assegurada a ampla defesa.

**Art. 10** - É vedado a Administração Municipal atribuir ao contratado encargos ou serviços diversos daqueles constantes no contrato, bem como designação especial, nomeação para função de confiança, afastamento de qualquer espécie, exceto os compatíveis com a natureza do vínculo.

**Art. 11** - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento.

**Art. 12** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 13** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim de Minas, 27 de fevereiro de 2025.

  
José Francisco Matos e Silva  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM:

27 / 02 / 2025

PAÇO MUNICIPAL

*Barvalho*

RESPONSÁVEL